

PEDRO GUILHERME RAMOS GUARNIERI

A LEI DE LAVAGEM  
DE DINHEIRO COMO  
INSTRUMENTO DE  
CONTROLE À CORRUPÇÃO

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2019

Copyright © 2019 by Pedro Guilherme Ramos Guarnieri

Categoria: Direito Penal

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Renata Chagas

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

1159131

G916l

Guarnieri, Pedro Guilherme Ramos

A lei de lavagem de dinheiro como instrumento de controle à corrupção  
/ Pedro Guilherme Ramos Guarnieri. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019.  
216 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 187-206.

ISBN 978-85-519-1542-4

1. Lavagem de dinheiro. 2. Corrupção. 3. Crime organizado. 4. Proce-  
dimento de controle administrativo. I. Título.

CDD 345

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

<b>Prefácio</b> .....	1
<b>1 Introdução</b> .....	7
<b>2 A Corrupção como Fenômeno Multidisciplinar e Suas Causas e Consequências Internacionais e Nacionais</b> .....	11
2.1 A Corrupção como Fenômeno Global.....	13
2.1.1 A construção de um conceito .....	17
2.1.2 As causas e consequências da corrupção no contexto internacional .....	22
2.2 A Corrupção no Brasil.....	30
2.2.1 Raízes históricas da corrupção .....	33
2.2.2 Extensão territorial, excesso de burocracia e outros fatores determinantes.....	42
2.3 Áreas Críticas Onde a Corrupção Transita na Realidade Brasileira .....	45
2.3.1 Corrupção política .....	47
2.3.2 Corrupção na administração pública .....	50
2.3.3 A evolução do crime organizado .....	53
<b>3 Marcos Normativos Internacionais e Nacionais de Controle à Lavagem de Dinheiro Enquanto Espécie Corruptiva</b> .....	59
3.1 Conceito e Principais Características do Crime de Lavagem de Dinheiro .....	62
3.1.1 Fases.....	65
3.1.2 Modalidades mais utilizadas .....	68
3.1.2.1 Mescla ( <i>Commingling</i> ).....	70
3.1.2.2 Empresa de fachada ou fictícia.....	71
3.1.2.3 Operações em centros de <i>Offshore</i> .....	72

3.1.2.4 Bolsas de valores .....	74
3.1.2.5 Utilização de criptomoedas.....	75
3.2 Marcos Normativos de Controle à Lavagem de Dinheiro no Âmbito Internacional .....	77
3.2.1 A legislação Italiana - 1978 .....	79
3.2.2 A legislação Americana - 1986.....	79
3.2.3 Convenção de Viena – 1988.....	82
3.2.4 Declaração de Basileia – 1988 .....	84
3.2.5 Criação do FATF ( <i>Financial Action Task Force</i> ) ou GAFI (Grupo de Ação Financeira): 40 recomendações .....	85
3.2.6 Criação do CFATF ( <i>Caribbean Financial Action         Task Force</i> ) .....	87
3.2.7 Criação do Grupo de <i>Egmont</i> .....	88
3.2.8 As Diretivas da União Europeia .....	89
3.3 Marcos Normativos de Controle à Lavagem de Dinheiro no Brasil .....	91
3.3.1 A criminalização da lavagem de dinheiro - Lei nº 9.613/98.....	92
3.3.1.1 Rol de crimes antecedentes.....	93
3.3.1.2 Bem jurídico tutelado.....	94
3.3.1.3 Mecanismos de controle .....	100
3.3.2 Alterações legislativas e a ampla reforma realizada pela Lei nº 12.683/12 .....	101
<b>4 Análise das Medidas de Tratamento Administrativo e Processual à Lavagem de Dinheiro no Brasil .....</b>	<b>105</b>
4.1 O Sistema Brasileiro de Controle Administrativo à Lavagem de Dinheiro .....	110
4.1.1 O papel do Conselho Nacional de Combate à Atividades Financeiras Ilícitas (COAF) .....	111
4.1.2 Exigência legal de políticas, procedimentos e controles internos (programa de <i>compliance</i> ) .....	118

4.1.3 A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA).....	129
4.2 Medidas de Enfrentamento Processual à Lavagem de Dinheiro (“Técnicas Especiais de Investigação”).....	138
4.2.1 Colaboração premiada .....	139
4.2.2 Captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos .....	147
4.2.3 Ação controlada .....	151
4.2.4 Infiltração de agentes policiais.....	153
4.2.5 Acesso a registros, dados cadastrais, documentos e informações.....	158
4.2.6 Intercepções de comunicações telefônicas e telemáticas .....	161
4.2.7 Afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal.....	164
<b>5 Considerações Finais .....</b>	<b>169</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>187</b>